

A prioridade ao mercado interno

30 OUT 1986

por José Casado
de Brasília

GAZETA MERCANTIL



José Sarney

Herman J. Strenger, presidente mundial do grupo Bayer, da Alemanha Federal, foi ao presidente José Sarney ontem, no Palácio do Planalto, com um boa notícia e muitas dúvidas.

Depois de anunciar a disposição do grupo em ampliar seus investimentos (US\$ 150 milhões, até 1991), Strenger disse ao presidente que estava preocupado com o futuro.

Bem-humorado, Sarney ouviu as dúvidas e respondeu-lhe que, provavelmente, sabia menos sobre o horizonte político e econômico do Brasil do que o grupo Bayer. E deu uma razão objetiva: ele, Sarney, nasceu há 56 anos e a Bayer chegou ao País bem antes dele, 90 anos atrás.

O presidente mostra-se confiante. Está convencido de que o Plano Cruzado detonou um processo de redistribuição de renda que, na sua avaliação, representa o maior avanço social registrado na história do

País. Cita, sempre, um dado que dimensiona o impacto social do Plano: pelas estimativas preliminares, nos sete meses pós-Cruzado incorporou-se à economia um contingente de 20 milhões a 25 milhões de novos consumidores.

Sarney costuma referir-se a isso como "um patrimônio" social, político e econômico absolutamente intocável, sob qualquer aspecto. Pondera que, do ponto de vista social, as razões da intocabilidade são óbvias — é um nordestino e, portanto, a miséria e a fome são-lhe familiares.

Pelo ângulo político, isso se constitui na base de sustentação do seu governo. E ele acredita que, tendo respaldo popular, o apoio político-partidário — antes e depois das eleições — será uma consequência natural.

Visto pelo prisma econômico, esse "patrimônio" representa a maior de todas as garantias necessárias aos investidores privados para que apostem no desenvolvimento sustentado da economia brasileira. O mercado interno, considera, foi recuperado e ampliado.

O presidente tem dito a seus interlocutores que alguns ajustes no Cruzado são realmente necessários, até porque o Plano não é um fim em si, mas um meio. Porém adverte que a saída, necessariamente, é pela produção. "Ninguém mexe nesse patrimônio", ele tem insistido.

Dos seus assessores está exigindo alternativas originais para o aperfeiçoamento do Cruzado. Argumenta que opções clássicas, como a do aumento de impostos, são idéias que ele poderia ter sozinho. Quer saídas criativas que não passem pelo bolso desse contingente de novos consumidores.

Quando políticos o procuram para falar de propostas de ajustes que ouviram de técnicos do governo, Sarney conta-lhes uma história: numa feira, um comprador examina vários pagagaios postos a venda; o dono indica o primeiro, que custa US\$ 5 mil, o segundo, US\$ 10 mil, e o terceiro, US\$ 50 mil. Os dois primeiros falam muito e o terceiro não diz mais que uma frase — explica o vendedor. "É por que ele vale tanto mais?" indaga o comprador. "É porque ele só diz: eu sou o chefe", responde o vendedor.

Assim ele está procedendo em relação às propostas de correção que tem recebido. E aos políticos justifica-se dizendo que os jovens e brilhantes economistas do governo precisam ter idéias melhores do que aumentar impostos.

(Continua na página 8)

A prioridade ao... Sarney

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Os ajustes possíveis, que lhe parecem palpáveis, são correções de preços em poucos setores, uma ou outra medida de maior profundidade, como a recente desvalorização, quando se julgar conveniente, necessária e sem afetar a estrutura de congelamento de preços.

Há problemas dramáticos na área dos preços de alguns produtos, o presidente admite — proteína (carne, leite e derivados) e remédios são dois frequentemente citados. Descarta, porém, uma grande correção no cruzado. O que for feito, será sem traumas.

O presidente, no entanto, não se mostra convencido da necessidade de mais cortes nos gastos públicos. Argumenta, sempre, que já se está cortando. Insiste muito em dizer que este é um governo austero; não dá banquetes, não está contratando, tem perdido 5 mil funcionários por mês na folha de pagamentos (quem sai deliberadamente ou se aposenta não é substituído), a Caixa Econômica Federal está fechando seiscentas agências e restringiu as viagens externas às áreas técnicas, argumenta.

Acha que a questão do déficit público não reside nos salários, pois o governo paga mal e o peso específico do salário no déficit é reduzido.

Alguns têm indagado ao presidente por que não cortar mais no item pessoal. Ele sempre responde que o problema brasileiro na administração pública não é de quantidade — o número de "barnabés" per capita é compatível com a estrutura administrativa de nações como a França e Portugal, por exemplo —, mas de qualidade, pois o funcionalismo depende de uma reciclagem, formação, treinamento e estímulo (um plano de carreira, por exemplo), para melhorar seu grau de eficiência.

A chave do déficit, na avaliação de Sarney, está na dívida (interna e externa) e nos subsídios. A dívida interna está sendo trabalhada, seu crescimento caiu de 97% reais ao ano para 7% ao ano, em média, e a dívida externa está sendo negociada dentro de uma perspectiva otimista.

Os subsídios, no entanto, são problemáticos. O concedido ao trigo soma CZ\$ 32 bilhões e o do açúcar CZ\$ 6 bilhões, neste ano. Mexer nessa área, para cortar, é algo difícil, que Sarney quer evitar, ponderando que o subsídio ao trigo e ao açúcar, se cortado, representaria um aumento de custo no pão, nas massas e no açúcar, ou seja, significaria uma elevação de preços no cardápio dos novos consumidores. Isso não fará.

O VICIO DA INFLAÇÃO
Quando lhe falam dos "desajustes" ou distorções que essas deficiências estruturais da economia estão provocando, Sarney faz uma abordagem muito diferente da dos economistas. As pressões inflacionárias, acha, estão partindo de segmentos específicos

que ainda não se adaptaram totalmente à nova realidade do País e insistem no velho vício da apropriação da renda via inflação, criando em diferentes mercados expectativas de reajustes de preços.

O "ágio" nas merceadorias existe, ele reconhece. Mas limita-se a uma fração do universo da produção (3% dos produtos, estima-se). Repete, sempre, que pobre não paga ágio. Prefere enfrentar uma fila. Quem paga ágio e não quer fila é a classe média. Sarney tem dito, com tom de ironia, que a classe média deseja acabar com a fila, dos pobres. E isso é outras coisas que ele não pretende fazer.

Aposta que o ágio acaba em algum tempo, pois a produção (os investimentos) será adequada à demanda. É algo da gênese do capitalismo: o mercado existe, o espaço é real, as empresas acabarão por ocupá-lo na medida em que perceberem a tendência de crescimento sustentado do mercado interno.

E algo que diferencia o Brasil dos países que adotaram planos de estabilização econômica parecidos. Israel, que fez três projetos, passou por um pacto social, que aqui não foi feito. A Argentina fez dois. Mas não criou um mercado interno. A Argentina produz 5 mil caminhões e pára por aí; o Brasil produz 100 mil e ainda há demanda — diferencia.

Muitos antepõem ao presidente a interligação de três problemas cruciais no futuro imediato do País: os ajustes no Cruzado, a dívida externa e a Constituinte. Argumentam que a separação, do ponto de vista da administração pública, pode levar o País a uma encruzilhada.

Sarney, no entanto, acha que não existe tal interligação no horizonte. Aperfeiçoamentos são possíveis, sem traumas, repete. Na Constituinte, por exemplo, se houver um movimento de esquerda propondo uma comissão para tratar da dívida externa, ele acha que essa tendência estará fadada ao fracasso, pois não quer dizer que a Constituinte vai adotar essa posição.

Tem dito que é até bom que exista gente pensando assim, numa sociedade pluralista como a brasileira, com 130 milhões de habitantes. Mas adverte: negociar a dívida externa é tarefa do Executivo; a Constituinte terá a tarefa de fazer a Constituição. Não se pode fugir da realidade, insiste.

A dívida externa, na sua visão, caminha numa negociação razoável. Pondera que tais gestões não dependem de decisões unilaterais do Brasil apenas. Há um prazo, um tempo, um "timing" que vale para credor e devedor.

A renegociação feita pelo México sinaliza a do Brasil na medida em que fornece índices sobre o limite de disposição dos credores estrangeiros para concessões. O México, no entanto, foi ao FMI e o Brasil não. Mas há uma contrapartida: o México estaria quebrando e o Brasil não.